

Revista

Socialismo & Liberdade

Edição Novembro de 2022

A ELEIÇÃO DE UMA GERAÇÃO

Futuro do Brasil está em jogo no pleito de 2022. Análises apontam perdas democráticas durante Governo Bolsonaro e expectativas para vitória de Lula

Entrevista

Erika Hilton

“Não serei uma deputada de pauta única”

Militares

Especialistas analisam crescimento do poder das Forças Armadas, ameaças golpistas e impactos da ditadura no Brasil de 2022

Expediente

Fundação Lauro Campos e Marielle Franco - FLCMF

Presidenta da FLCMF
Natália Szermeta

Diretor Financeiro da FLCMF
Stenio Matheus de Moraes

Diretora Técnica da FLCMF
Sara Azevedo

Conselho Curador da FLCMF
Luiz Araújo - Presidente
Aurea Augusta
Zeneide Nazaré
Haroldo Sabóia
Mário Azeredo
Marcelo Badaró
Honório Rêgo

Conselho Fiscal da FLCMF
Alexandre Varela - Presidente
Miguel de Carvalho
Leandro Tavares

Revista Socialismo e Liberdade

Editor-Chefe
Yuri Silva

Sub-editor
Fernando Silva 'Tostão'

Projeto Gráfico e Direção de Arte
Cesar Habert Paciornik

Coordenação e Supervisão
Severino Souto Alves
Wendell Cristiano

Diagramação
WHIZZ e HPDesign

Organização
Mariana Le Mener
Felipe Trindade

Revisão
Philippe Scerb

Secretariado
Rute Barbosa

Foto da capa: Ricardo Stuckert

SUMÁRIO

Economia	Teto de gastos, o mito do pote de dinheiro	04
Internacional	Lula em um mundo multipolar	08
Defesa	Forças Armadas, Bolsonaro e o papel dos militares	10
Análise	De 1964 a 2022: breve ensaio de um longo período	14
Entrevista	Erika Hilton: “Não serei uma deputada de pauta única”	21
Direitos Humanos	Luta antirracista disputa agenda política e concepção de Estado	28
História	Política, cultura e a superação da violência	32
Análise	O desafio da comunicação na perspectiva de um novo governo	36

EDITORIAL

Vivemos os últimos dias da eleição mais importante das nossas vidas. Uma eleição marcada pela disputa entre democracia e barbárie. Após quatro anos sob o comando de Jair Bolsonaro, o saldo do país é desastroso: desmatamento e queimada registram alta de 359%; mais de 600 mil pessoas morrem vítimas de Covid-19 e de uma política negacionista e anti-vacina, promovida por ‘fake news’; voltamos para o Mapa da Fome, com 61,3 milhões de brasileiros em algum tipo de insegurança alimentar enquanto a inflação dos alimentos registra recorde.

Vivemos, ainda, constantes ameaças à democracia, ora com discursos contra as instituições, ora com ataques à liberdade religiosa, de opinião e pensamento. Não foram poucas as vezes que o presidente da República agrediu verbalmente LGBTs, mulheres, negros e negras e nordestinos, além de incentivar a violência e facilitar o armamento.

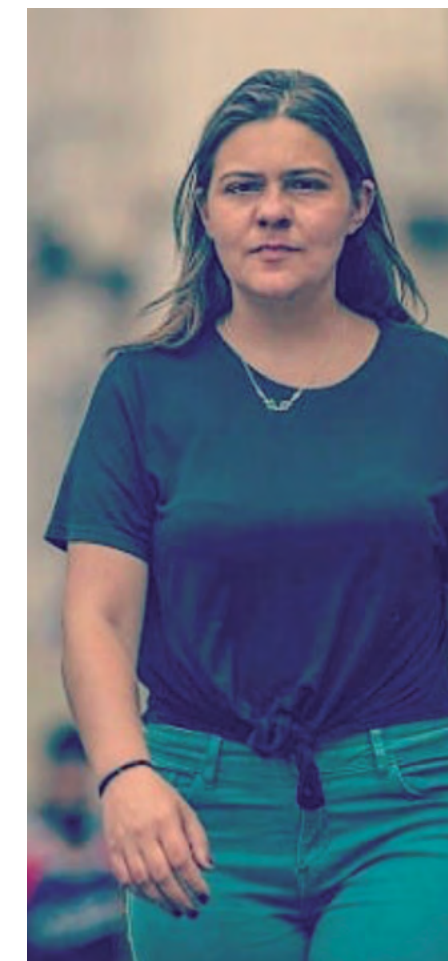
Corrupto, Bolsonaro é o provável autor do maior escândalo da história do país, com o desvio de mais de R\$ 10 bilhões de verbas da saúde, da ciência e da educação – injetada no orçamento secreto, mais um dos seus absurdos. Absurdos esses protegidos pelo sigilo de 100 anos decretado pelo presidente em casos como as negociações suspeitas de vacinas, a corrupção no MEC e as rachadinhas.

Nesta realidade, a vitória de Lula é urgente e necessária! Ainda assim, não podemos apagar importantes vitórias do 1º turno: Lula abriu 6 milhões de votos de frente e nós do PSOL elegemos novos e significativos nomes para o Congresso Nacional, como as indígenas Sônia Guajajara (SP) e Célia Xacriabá (MG); a primeira deputada trans eleita, Erika Hilton (SP); o pastor Henrique Vieira (RJ), liderança evangélica de esquerda; e Guilherme Boulos (SP), líder do MTST e deputado federal mais bem votado do estado de São Paulo, com mais de 1 milhão de votos. O PSOL passou muito bem pela cláusula de barreiras e ampliou sua bancada – não apenas numericamente, mas na sua diversidade.

Que façamos dos próximos dias o prenúncio de uma nova história. Para nós, a vida nunca foi fácil ou sem luta. Eles mataram rosas, Marielles, mas jamais deterão a chegada da primavera! ■

Saudações socialistas!
Natália Szermeta

© Arquivo Pessoal



Natália Szermeta, presidenta da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco e militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)

TETO DE GASTOS, O MITO DO POTE DE DINHEIRO

Luiz Gonzaga Belluzzo

é economista, professor da Universidade de São Paulo (USP) e ex-presidente da Sociedade Esportiva Palmeiras

A Revista Socialismo e Liberdade me oferece um espaço em suas páginas. Solicitou que eu me disponha a tecer considerações a respeito do Teto de Gastos e seus efeitos sobre as políticas públicas e os direitos sociais no Brasil.

Em 16 de setembro de 2016, nas páginas de outra resistente, CartaCapital, arriscamos, Gabriel Galípolo e este escriba que ora vos fala, um pequeno texto sobre a então PEC 241, a Proposta de Emenda à Constituição que instituiu o Novo Regime Fis-

cal, popularmente conhecido como “teto de gastos”.

O “novo regime fiscal” fixou um limite à despesa primária dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, para cada exercício e por 20 anos. O limite é equivalente à despesa primária realizada no ano imediatamente anterior corrigida pela inflação (calculada pelo IPCA).

Naquela oportunidade alertamos: “A imposição de um limite linear e genérico às despesas primárias pode deteriorar ainda mais a qualidade do gasto público. Historicamente, as

© Oliche/Pixabay



despesas com atividades-meio e custeio apresentam tendência mais autônoma de crescimento. Por exclusão, os investimentos assumem o papel de despesas discricionárias. Os investimentos, já baixos e insuficientes, podem ser comprimidos ainda mais com a imposição de um limite genérico”.

Em carta enviada ao jornal Financial Times, economistas ingleses capitaneados por Robert Skidelsky, o biógrafo de John Maynard Keynes, fizeram um apelo ao Office for Budget Responsibility: “Nosso apelo é simples. Poderia a OBR discutir economia, a economia e a política econômica necessárias, e abandonar sua obsessão com o problema contábil de equilibrar orçamentos que

raramente foram equilibrados nos últimos 326 anos?”.

O debate econômico aparenta uma oposição entre aqueles que desejam limitar e controlar o gasto público, ainda que isso implique comprometer políticas públicas, e os que priorizam ampliar a rede de proteção social do Estado, sem compromisso com o controle dos gastos e da dívida pública.

O cidadão de carne e osso fica cindido entre a percepção de um excesso de Estado na hora de pagar tributos e o sentimento de desamparo na carência dos serviços públicos essenciais. A contradição aponta para a verdadeira questão: superar o debate de mais ou menos Estado e avançar para a análise de quem devemos co-

Impostos pagos pelos pobres é proporcionalmente maior que despesas tributárias dos ricos

brar impostos e a quem deve se destinar os recursos públicos.

Mais da metade de tudo o que o governo arrecada vem da tributação de bens e serviços, que incide de forma igual sobre desiguais. Isso significa que, independentemente de sua renda, o cidadão paga o mesmo imposto sobre aquele bem ou serviço consumido, o que proporcionalmente onera mais os que têm menos.

A busca desesperada por segurança e estabilidade encontra refrigério no equilíbrio dos orçamentos públicos. O debate brasileiro sobre o teto de gastos é um exemplo da produção da “realidade” pela linguagem dos mercados. É o truque formidável para garantir a estabilidade de um sistema econômico inerentemente instável.

Na visão dos catastrofistas, o risco fiscal está associado a uma trajetória “insustentável” da dívida pública. Insustentável, porque essa vileza vai mortificar os mais jovens e os que ainda não vieram à luz, com o aumento da carga de impostos ou, na pior das hipóteses, com um calote devastador na riqueza financeira que frequenta os balanços de bancos, fundos, gestoras de ativos e seus clientes do dinheiro e do dinheirinho. Ecoa a pergunta: quem vai pagar a dívida?

Em sua trajetória secular, o capitalismo abriu espaço para o surgimento e desenvolvimento de instituições encarregadas de administrar a moeda e os esto-

ques direitos – títulos de dívida e ações – que nascem de seu incessante movimento de criação e apropriação do valor.

No afã de se apropriar da riqueza, as criaturas do mercado estão submetidas à soberania monetária do Estado. O Estado é o senhor da moeda, mas os bancos, sob a supervisão e o controle do Banco Central, são incumbidos de atender à demanda de crédito das gentes privadas. Esse sistema complexo, em sua evolução, engendrou essa forma de criar dinheiro para dar início ao jogo do mercado. Os bancos apresentam-se como os agentes particulares do senhor da riqueza universal. Universal, porque a forma inescapável que deve denominar e mediar todas as negociações, transações e, sobretudo, marcar o valor da riqueza registrada nos balanços.

Os títulos de riqueza são emitidos primariamente pelas instituições financeiras bancárias e não bancárias e negociados pelas mesmas senhoras em mercados ditos secundários, em que se formam os preços e as taxas de remuneração dos papéis. Não só as mercadorias têm de receber o carimbo monetário, mas também a situação patrimonial – devedora ou credora das empresas, bancos e demais instituições – deve estar registrada nos balanços. Os agentes privados do senhor da moeda estão permanentemente obrigados a manejar os riscos de crédito e de liquidez que afetam seu patrimônio líquido, a relação crucial entre ativos e passivos.

Os estudos sobre as relações entre crescimento da dívida privada e da dívida pública ao longo dos ciclos de expan-

são-contracção das economias capitalistas mostram o que deveria ser óbvio, mesmo para um principiante nas coisas da economia monetária: nas expansões, o otimismo faz prevalecer o crescimento do endividamento privado, nas contracções eleva-se o endividamento público. Quando se acentuam as desconfianças dos mercados, a tigrada corre para os títulos públicos, avaliados como ativos seguros de última instância.

Em seu livro mais recente, *In Defense of Public Debt*, Barry Eichengreen recorre a Adam Smith para lembrar que ele estava ciente dos aspectos positivos da dívida pública. Smith reconheceu que os governos também tomam emprestado para construir estradas, canais e pontes. Esses investimentos podem aumentar a extensão do mercado a ponto de gerar receitas suficientes para o Estado pagar seus credores. Além disso, Smith entendeu que os títulos da dívida do governo poderiam ser revendidos no mercado secundário para outros investidores, garantindo que eles permanecessem em mãos privadas. “A segurança que [o governo] concede ao credor original é transferível para qualquer outro credor”, e, [apoiado] na confiança universal da justiça do Estado, o credor geralmente vende no mercado por mais do que foi originalmente pago por ele.”

A transferência de títulos da dívida pública, dos quais Smith falou, por sua vez, conferiu outras vantagens. Comerciantes e fabricantes poderiam bus-

car investimentos produtivos quando estes se apresentassem, apesar de terem empregado anteriormente ao Estado. Os poupadores, buscando um repositório seguro para seus fundos, poderiam adquirir essa segurança sob a forma de títulos da dívida pública. Não apenas da poupança e do investimento adicionais, mas da dívida pública resultariam também o aprofundamento e o desenvolvimento dos mercados financeiros. Esta visão positiva é subestimada, talvez porque é menos sensacional do que os avisos apocalípticos.

O antropólogo Jack Mosse escreveu em seu recentíssimo livro *Pound and Fury*: “Há implicações que decorrem da visão da economia como um ‘pote de dinheiro’. Essa visão, diz Mosse, “deforma as estruturas institucionais que moldam o funcionamento da sociedade; demoniza ou elogia indivíduos e grupos que são vistos como pagando ou tirando grana do pote nacional. É também uma visão que limita a imaginação política e econômica, vinculando-nos à ideia de que estamos sempre restritos pela quantidade de dinheiro no pote, e que devemos estar sempre procurando ‘equilibrar o orçamento’. Além disso, não concorda com a realidade de como funciona nossa economia. O primeiro ponto a fazer é que os governos, assim como os bancos privados, criam dinheiro do nada. A ideia de que simplesmente não há dinheiro suficiente no pote não faz sentido.” É um mito. ■



© Joa Souza/Adobe Stock

Âncora fiscal destrói sonhos dos mais jovens e até dos que ainda não vieram à luz

LULA EM UM MUNDO MULTIPOLAR

David Adler é coordenador geral da Internacional Progressista

© Ricardo Stuckert



“Toda política é política internacional”, Juan Domingo Perón costumava dizer. Existem poucos casos que ilustram melhor essa máxima do que a eleição presidencial de 2022 no Brasil. Seu resultado não apenas molda a trajetória da democracia brasileira, mas também da integração latino-americana e da reconfiguração da ordem internacional em geral.

Lula disputa voltar ao poder no contexto de um sistema mundial em crise. Somente nos últimos quatro anos da presidência de Bolsonaro, uma série de crises se espalhou pelos sistemas internacionais financeiro, alimentar e de saúde – sem nenhuma liderança no cenário internacional para enfrentá-las.

Lula recebe Francia Márquez, vice-presidenta da Colômbia, e dialoga sobre crise mundial e construção de mundo pacífico, multipolar e equilibrado

Em 2020, a pandemia de Covid-19 assolou o mundo. “O vírus não conhece fronteiras”, dissemos. Mas, em vez de construir uma resposta de saúde global, nossos governos acumularam vacinas, aumentaram os lucros farmacêuticos e rejeitaram os pedidos vindos do Sul Global para compartilhar tecnologias médicas que teriam salvado centenas de milhares de vidas.

Em 2021, a conferência da ONU sobre mudanças climáticas, COP26, foi realizada em Glasgow. “Esta é literalmente a última chance de salvar o planeta”, disse até mesmo o então príncipe Charles aos presidentes e primeiros-ministros reunidos na Escócia. Mas nossos governos não conseguiram produzir um plano comum para limitar o aquecimento global a 1,5°C, condenando as regiões mais pobres do mundo a sofrerem inundações, secas e migração forçada de seus lares e terras ancestrais.

Em 2022, o aumento do preço dos alimentos criou uma crise de fome “sem precedentes” em todo o mundo, de acordo com o Programa Alimentar Mundial. Mas enquanto 828 milhões de pessoas agora vão para a cama com fome todas as noites, países como os Estados Unidos da América desperdiçam até 40% de seu suprimento de alimentos que, não consumidos, são enviados para apodrecerem em aterros.

Lula concorre à Presidência em meio a essas crises sobrepostas. E embora seus votos tenham vindo de milhões de brasileiros no primeiro turno, seu

possível mandato vem de povos de todo o hemisfério e de todo o mundo. Do Paquistão à África do Sul e ao vizinho Uruguai, líderes de todos os continentes agora esperam que Lula e um novo governo brasileiro liderem uma transformação do sistema internacional.

Lula disputa volta ao poder no contexto de um sistema mundial em crise financeira, sanitária e alimentar

Essa transformação não é mais urgente em nenhum outro lugar do que na América Latina. Ao longo dos últimos cinco anos, novos governos progressistas chegaram ao poder apesar das crescentes táticas radicais e autoritárias da direita reacionária, da guerra jurídica à midiática e à física. No entanto, esses projetos até agora não conseguiram se coesionar em uma nova visão para a integração regional. Da sobrevivência da CELAC ao ressurgimento da UNASUL, a tarefa de Lula é tanto articular o programa de integração internacional quanto empregar sua vontade política para reconstruir essas instituições.

Infelizmente, é verdade que Lula continua sendo a única figura política com credibilidade, legitimidade e capacidade de falar através das divisões ideológicas, geopolíticas e geográficas que atravessam

a América Latina hoje – e, portanto, é a única figura que pode capitalizar sobre o breve ciclo político que levou ao poder governos populares de Tijuana à Patagônia.

No entanto, a mesma urgência se aplica ao nível global. A guerra na Ucrânia revelou o quanto o Sul Global é vulnerável a conflitos entre grandes potências em qualquer canto do mundo. A transformação do sistema internacional – em direção a uma maior resiliência, autonomia e soberania – não é um luxo de esquerda. É uma questão de sobrevivência para bilhões de pessoas ao redor do mundo.

A questão é, no entanto, quanto peso a liderança de Lula pode suportar. Os desafios que o Brasil enfrenta são muitos, desde a fome e a educação, até o desenvolvimento industrial. Um novo governo terá suas mãos ocupadas realizando reformas domésticas e confrontando inimigos domésticos. Existe um risco real de que as questões internacionais sejam relegadas a uma prioridade menor diante desses desafios locais.

A responsabilidade, portanto, é das forças progressistas do mundo não esperarem pela palavra ou ação de Lula, mas organizar-se agora de tal forma que o próximo governo de Brasília não seja solicitado a fazer todo o trabalho pesado, mas possa se encaixar em processos de construção e renovação institucional em curso. É somente por meio do exercício combinado e simultâneo de vontade política que podemos ter sucesso para enfrentar as crises internacionais na escala que elas exigem. ■

FORÇAS ARMADAS, BOLSONARO E O PAPEL DOS MILITARES

Leonardo José Ostronoff¹ e Felipe Ramos Garcia²

¹ Doutor e mestre em Sociologia pela USP e pela Universidade de Coimbra. Pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP.

² Doutorando em Sociologia pela FFLCH/USP, mestre, bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela UNESP. É pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP e colaborador do Observatório da Segurança Pública da UNESP e do grupo de pesquisa Democracia, Militares e a Esquerda Militar no Brasil.

A participação dos militares das Forças Armadas na política institucional brasileira ganhou destaque nos últimos anos, especialmente através da figura do presidente Jair Bolsonaro e dos oficiais que compõem seu gabinete. Os primeiros contornos dessa participação assídua dos militares que observamos hoje começaram a ser traçados com a ins-

tituição da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2011.

Desde então, a caserna tem voltado ao universo simbólico da política de nosso país. Durante o período, a relação da ex-presidente Dilma Rousseff (2011-2016) com os militares foi bastante tumultuada, marcada por episódios de declarações públicas de militares da ativa, críticas aos trabalhos da comis-

© ArthursPhotosbr/Shutterstock



são, e que passaram a realizar manifestações públicas contra a presidente em exercício.

A atuação dos militares no contexto do processo de impeachment foi um ponto bastante delicado da nossa história recente, com denúncias de conspiração entre generais e do então vice-presidente Michel Temer.

Com a saída de Dilma Rousseff, em um aceno do ex-presidente Michel Temer (2016-2018), é recriado o Gabinete de Segurança Institucional, que havia sido extinto pela ex-presidente, tendo o General Sérgio Etchegoyen à frente da pasta. A nomeação foi uma vitória importante dos militares nessa queda de braço simbólica, já que o general era um feroz crítico da CNV.

Engana-se, porém, quem pensa que essa atuação da caserna é um episódio isolado. Como esquecer dos mais de 20 anos

sombrios de nossa Ditadura Militar? Para muitas pessoas, uma geração de milhões de brasileiros nascidos após a democratização, a participação dos militares na política brasileira era coisa do passado, dos livros de história. Desde o império, os militares atuam frontalmente com grupos políticos e, em muitos casos, os compõem.

Há uma vasta bibliografia sobre essa participação e os exemplos não nos deixam mentir: desde a Proclamação da República (a própria com um verniz golpista), passando pelo Tenentismo, pela campanha pela legalidade e pela Ditadura Militar, são inúmeros os momentos em que os militares tiveram papel importante na política institucional brasileira. Porém, desde a redemocratização, não víamos essa atuação de forma tão latente.

Intentos golpistas e crescimento da presença militar no poder coloca em risco Estado de Direito no Brasil

O histórico das últimas quatro décadas é marcado por outras questões importantes. A Lei da Anistia, de 1979, foi controversa por garantir anistia “ampla e irrestrita” aos envolvidos nos episódios de abusos e torturas, em sua maioria protagonizados por militares golpistas e que tiveram como vítimas militantes de partidos de oposição, parlamentares, jornalistas, artistas, intelectuais e qualquer um que pudesse ser enquadrado como “subversivo” pelo AI-5. Se, por um lado, a Lei da Anistia marcou o início do processo de abertura política, por outro, ela foi uma ferramenta jurídica responsável pela proteção dos militares que cometeram crimes durante o período de exceção.

A Constituição de 1988 veio como um grande sopro de esperança. Em teoria, ela ampliava direitos políticos e sociais, garantia acesso a serviços públicos de saúde e moradia. Contudo, um problema permaneceu: a questão militar continuou mal resolvida no texto constitucional. O artigo 5º da Constituição apenas menciona que “As Forças Armadas são instituições nacionais permanentes, organizadas sobre a base da disciplina hierárquica e da fiel obediência à autoridade do Presidente da República”. O léxico envolvido na escrita do texto pode parecer protocolar, porém, o adjetivo utilizado – perma-

nente – diz muito sobre como a instituição é enxergada pelos militares e como os próprios deputados constituintes lidaram com o problema naquele contexto. O texto não era claro em criar mecanismos objetivos de controle civil sobre as Forças Armadas, problema que seria resolvido somente em 1999 com a criação do Ministério da Defesa, mais de 10 anos após a carta magna. O Brasil passou a ter, enfim, um civil no comando das Forças Armadas.

Em todos esses anos nos quais a caserna foi protagonista de momentos políticos importantes da história brasileira, os militares cultivaram – e cultivam – uma ideia de que seriam “guardiões” do Estado brasileiro e responsáveis pela manutenção da ordem interna. Uma instituição permanente, como diz o texto de 1988. A crença de que as Forças Armadas seriam o último bastião da democracia é difundida entre parte do ofi-

cialato e reverbera no discurso bolsonarista, que é ampliado por apoiadores em manifestações defendendo a “intervenção militar constitucional”. Não obstante, os últimos anos foram também marcados por um aumento na participação de militares em várias esferas da administração pública, como saúde, segurança e educação. O ano de 2018, o último do governo Michel Temer, foi marcado por outros dois episódios emblemáticos envolvendo a caserna. Numa movimentação política bastante influenciada pelos militares, Temer nomeou o General Joaquim da Silva e Luna para o Ministério da Defesa – a primeira vez que um militar ocuparia o cargo desde a criação da pasta – e em paralelo assinou o decreto federal de Intervenção no Estado do Rio de Janeiro, sob o comando do General Walter Braga Netto. Os episódios marcaram de vez a volta dos militares para a política no Brasil.

A partir daí e, mais representativamente, com o governo Jair Bolsonaro, os oficiais passaram a atuar de forma mais ostensiva e clara na política institucional brasileira. Durante a pandemia, a gestão do Ministério da Saúde, comandada pelo General Eduardo Pazuello, acumulou fracassos lamentáveis. A péssima condução dos trabalhos durante o combate à COVID-19 foi, inclusive, motivo de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Soma-se a esse fracasso a atuação pífia dos ministros chefes da Casa Civil, General Walter Braga Netto e depois o General Luiz Eduardo Ramos. Esperando conseguir “passar a boiada” nomeando generais para a articulação política, Bolsonaro esbarrou em um Congresso também armado e que fez os generais desempenharem mais uma vez um papel lamentável na República. Além de falharem na missão de uma articulação política eficiente, que desse celeridade à aprovação de projetos importantes para o país, os militares acabaram sendo substituídos por Ciro Nogueira, um hábil político do chamado centrão.

Além disso, o triste papel desempenhado pelos militares na cruzada bolsonarista contra a legitimidade das urnas eletrônicas, colocando em xeque o processo eleitoral brasileiro, é a pá de cal que faltava para enterrar de vez o restante de credibilidade que as Forças Armadas tinham com a população brasileira. Se antes do governo Bolsonaro a instituição era uma das que mais gozavam de sim-

patia e confiança da população brasileira, hoje é responsáveis por colocar o Brasil entre os países que menos confiam em suas Forças Armadas. Ainda assim, muitos dos oficiais superiores e generais que protagonizaram todos esses episódios lamentáveis de incompetência, deslegitimação do processo eleitoral e desestabilização das instituições foram às urnas, nestas eleições, pedir os votos dos brasileiros e brasileiras.

Nesse momento crucial da história brasileira, estamos indagando se haverá ou não um golpe de Estado, se os militares respeitarão o resultado das urnas e se o Brasil está no limiar de uma guerra civil. Tudo isso inflamado por generais que se aproveitaram da oportunidade para tornarem-se protagonistas da política nacional, um papel que não lhes cabe, que não cabe a nenhum militar em nenhum país democrático. Felizmente, o apoio a um golpe não é bem visto pelos brasileiros e brasileiras e o 7 de setembro parece cada vez mais retornar a uma posição meramente simbólica que tem no calendário brasileiro. Que os generais voltem a fazer o que fazem bem, que é pensar e discutir as políticas nacionais de Defesa do nosso país. Nacionalistas que se pretendem, não lhes cabe o papel de agir politicamente, mas de pensar as estratégias de proteger o território e a população. No momento em que o presidente só inflama seus apoiadores e cria um clima de tensão, o fato de os militares endossarem o discurso e jogarem mais lenha na fogueira só mancha ainda mais a história da instituição. ■

Pedidos de intervenção militar crescem junto com aumento do poder das Forças Armadas nos governos civis



© Marcello Casal Jr/Agência Brasil

DE 1964 A 2022: BREVE ENSAIO DE UM LONGO PERÍODO

Leticia Garducci

é doutoranda em Teoria e Filosofia do Direito pela UERJ e mestra em Direito Político e Econômico pela Universidade Mackenzie. Professora universitária e advogada popular, é militante das Brigadas Populares de São Paulo.

“O mundo começou a cair no Brasil em 1964 e continuou ‘caindo para sempre’, salvo para quem se iluiu enquanto despencava”, diz Paulo Arantes em artigo publicado em “O que resta da Ditadura”. Organizado por Vladmir Safatle e Edson Teles e lançado há doze anos – ou seja, quando muitos de nós pensávamos viver numa democracia enfim consolidada –, o livro, que é composto por quinze artigos de diferentes pensadores, grita em cada uma de suas páginas: “não acabou!”. Vale a leitura integral de cada reflexão ali publicada. Aqui, longe de uma resenha, a proposta deste texto, que é mais precisamente um ensaio, é mobilizar algumas ideias levantadas em referida publicação (e

fora dela) para trazer aportes para o cenário de violência autoritária que ameaça as eleições presidenciais de 2022 e, quiçá, trazer contribuições para se pensar os passos necessários a enterrar, de uma vez por todas, este tão longo período de golpismo no Brasil.

E desde já é importante destacar este recorte, isto é, do momento em que vivemos desde 1964, pois, para aqueles que acreditaram que se tratava, a democratização, da emergência de uma “nova” República, vale dizer que a “novidade” chegou antes, ainda em tempos de exceção. De outro modo, a abertura, que teve seu marco com a promulgação da Constituição de 1988, se apresentou como um episódio daquilo que já se

Censura, perseguição política e repressão ideológica marcaram período da Ditadura Militar no Brasil

rascunhava no próprio governo militar: a crise do fordismo e os primeiros passos para a implementação da política neoliberal e para o regime de acumulação de predominância financeira que caracterizam o chamado pós-fordismo.

Por óbvio, não se trata de igualar a exceção autoritária dos milicos com a democracia formal que a seguiu. Mas como aponta Arantes, regado de seu humor cáustico, “Fernando Henrique deveria saber, pelo menos, que estava arrombando uma porta aberta”. De outro modo, mais adiante, ele reafirma com precisão: “a guinada rentista do capital encontrou a mesa posta e a casa arrumada pela ‘bagunça’ da ditadura”.

Relembremos aqui e em apertada síntese a tal guinada deste período: delineado a partir da crise dos anos 1970, com o esfacelamento do chamado welfare state nos países centrais do capitalismo e o colapso do de-



envolvimentismo em países da periferia do capital, como o Brasil, o pós-fordismo desponha com um novo paradigma de valorização do valor, que passa a ser de predominância financeira, marcado também pela desconcentração do sistema produtivo, taxa estrutural de desemprego e flexibilização das relações trabalhistas – leia-se, maior grau de exploração e precarização das condições de trabalho, especialmente para as chamadas minorias (mulhe-

res, negros, latinos etc.).

A sustentação dessa precarização da qualidade de vida para a classe trabalhadora foi assegurada – e é até o momento presente – pelo chamado modo de regulação neoliberal. Isso quer dizer que, a partir da crise fordista, que leva ao colapso fiscal do Estado, se estabelece como padrão políticas de austeridade em substituição às políticas públicas, uma nova regulamentação da economia voltada à abertura ao capital es-

trangeiro, parcerias público-privadas, desemprego estrutural, flexibilização do trabalho (hoje expresso pelo fenômeno da “uberização”) e ainda – o que é de grande relevo para compreendermos a permanência da violência autoritária de 1964 – o aumento do controle social via aparato repressor, diante da inevitável explosão de conflitos sociais decorrentes da piora acentuada nas condições de vida da população.

Soma-se a isso o fato de estarmos falando de um país da periferia do capitalismo, em que a superexploração do trabalho se faz regra desde a inserção brasileira ao presente modo de produção – e o que só foi possível por meio das mais atrozes formas de violência que a humanidade já experimentou: o genocídio indígena e a escravidão de populações negras africanas. Tais violências, uma vez que configuram o racismo estrutural que dá as bases à exploração capitalista, vão permanecer, ainda que sob novas roupagens, ao longo da história brasileira, conforme definição de Silvio Almeida em “Racismo Estrutural”. Assim, e retomando-se a tal “bagunça” deixada pela ditadura, foi justamente o “caos” instaurado pelos militares que possibilitou a institucionalização de matiz neoliberal do racismo, que passou a se expressar principalmente por meio do encarceramento em massa e da chacina de jovens negros periféricos, assegurando-se desse modo a superexploração do trabalho, sobretudo da população negra e periférica, e

garantindo, com isso, o rebaixamento salarial característico do neoliberalismo.

É por isso que, se antes da ditadura a polícia militar era aquartelada, cabendo à guarda civil a prevenção e a repressão à criminalidade, é a partir de 1969 que vão às ruas realizar o policiamento ostensivo para não mais deixarem de exercer essa função, conforme descrição de Jorge Zaverucha no texto “Relação civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988”. Ou seja, inclusive com a chancela da chamada Constituição Cidadã, as polícias militares permanecem nas ruas para o

“patrulhamento”, mesmo com a redemocratização, protagonizando diariamente a violência institucional como uma das principais chaves do controle social do pós-fordismo. Desse modo, longe de ser um “entulho” autoritário, a militarização das polícias enquanto tecnologia de poder, com o fim de assegurar condições cada vez mais deploráveis da superexploração do trabalho, é atualíssima e imprescindível à manutenção do status quo.

Aliás, a Carta de 1988 manteve praticamente idêntica à Constituição de 1967 dispositivos acerca das Forças Armadas, do sistema judiciário militar e

da segurança pública, além de inserir novas prerrogativas militares, como demonstra Jorge Zaverucha na sua publicação. É exemplo disso o artigo 142, que atribui às Forças Armadas o papel de “garantidoras da pátria, dos poderes constitucionais e da lei e da ordem”. Foi exatamente esse o ponto que fez com que Lula, então deputado constituinte, proclamasse em plena assembleia: “mesmo havendo avanços na Constituinte, a essência do poder, a essência da propriedade privada, a essência do poder dos militares continua intacta”.

Embora tenha sido esse o motivo para o Partido dos Traba-

lhadores votar contra o texto final da atual Constituição, referido dispositivo não foi modificado, dando base para as 143 operações das Forças Armadas que ocorreram no país desde 1992 e que levaram à morte inúmeros civis.

Isso se explica porque a comissão responsável na Constituinte por tratar dos capítulos relativos à segurança pública e Forças Armadas era composta, dentre seus 28 membros, por uma maioria pertencente às próprias forças armadas ou às polícias militares, o que explica que apenas três de seus integrantes propuseram alterações no modelo civil-militar ditatorial então existente. Mais do que isso, são significativos a candidatura de Tancredo Neves e eleições via colégio eleitoral pactuados com o general Walter Pires e o veto pelos militares de uma Assembleia Constituinte exclusiva, que obrigou os deputados e senadores eleitos à época para o Congresso Nacional a assumirem a missão de elaborar o novo texto constitucional.

Portanto, a Constituição vigente nasceu sob o jugo autoritário, cenário que ilustra muito bem a transição negociada como condição indispensável para o avanço pós-fordista no Brasil. Os “resquícios” de 1964 são, em realidade, os alicerces para o novo momento do capitalismo, como também é exemplo a “reforma gerencial” do governo de FHC nos anos

Projeto de repressão deixou legado autoritário para a sociedade brasileira e influenciou políticas públicas



© Joa Souza/Shutterstock

Desfile militar em Salvador, Bahia, no 7º de setembro, em 2016. Data sempre é utilizada para enaltecer militares

1990 que, de acordo com Gilberto Bercovici, “vai inovar trazendo como novidade o que já estava previsto na legislação brasileira desde 1967”.

Nesse sentido, ainda, aponta Alysso Mascaro que é durante o regime militar que há a modulação para o pós-fordismo brasileiro, ou seja, quando “se dão as bases definitivas da relação de dependência entre capital nacional e capital externo, uso do Estado por setores políticos assentados em modelos específicos de corrupção na interação entre os negócios públicos e privados, repressão e efetiva militarização do controle das populações e dos movimentos políticos, concreção do judiciário como instrumento do capital e do poder militar, tecnificação acrítica e conservadora dos agentes do Estado.”

É importante destacar, em meio a esse cenário, a luta sindical, dos partidos de esquerda, dos movimentos sociais e ativistas que atuaram contra a ditadura, levando ainda a batalha pela democracia para a Constituinte. Apesar de um congresso tutelado pelos militares, conseguiram insculpir na nova carta as mais avançadas ferramentas de justiça social, a exemplo do Sistema Único de Saúde. E sem dúvida alguma a meta de construir mais que uma constituição, mas uma sociedade cidadã, foi objeto de luta cotidiana de referidos atores desde o processo de promulgação até os dias de hoje. Porém, a correlação de forças tem se mostrado avassaladora, alcançando a esquerda a sua melhor performance nos

governos petistas e ainda que sob tais amarras que temos buscado destacar.

Aliás, amarras essas que também retiraram a presidenta Dilma Rousseff do poder em mais uma manobra golpista e com vistas ao desmonte das políticas sociais então conquistadas, do acirramento da exploração da classe trabalhadora e do entreguismo das riquezas nacionais – não se pode esquecer da descoberta do pré-sal durante o governo petista e do desmonte da Petrobrás e privatização de suas refinarias que se seguiu ao golpe de 2016. E é por isso também que, como bem aponta Mascaro, o golpe contra Dilma foi possibilitado pelo espírito continuísta que 1988 carregou de 1964. Daí para Bolsonaro e o aparelhamento do governo federal com os mais de seis mil militares foi um pulo, para o qual o trampolim sempre esteve armado.

Apesar disso, o apoio das forças econômicas nesse final de julho do ano corrente (a exemplo do governo Biden, da Fiesp e de banqueiros como Roberto Setúbal e Pedro Moreira Salles) revelam que as frações da classe capitalista vêm se mobilizando para garantir a provável reeleição do presidente Lula. E embora a formação da frente ampla que se desenha seja a saída possível para a derrota do governo fascista de Jair Bolsonaro, isso está longe de representar a retirada dos militares da política ou, ainda, a mudança do padrão econômico nefasto que tem se imposto no país. A despeito da movimentação de



© Nomad Soul

setores da direita para garantir a posse de Lula, como gostam de afirmar os liberais, “não tem almoço grátis”.

Assim, uma efetiva vitória de Lula e da sociedade brasileira consiste no encerramento desse ciclo nefasto de violências políticas, econômicas e sociais, o que quer dizer um acerto de contas com este longo período. Isso passa por não deixar cair no esquecimento toda barbárie do governo bolsonarista e de sua gestão macabra durante a pandemia. Significa também olhar novamente para o passado, pois, da anistia aos militares até a tragédia da escravidão que nunca foi devidamente reparada, configura-se uma ferida aberta que representa a possibilidade da violência impune no país. E é por isso também, e de maneira urgente, que

se deve romper com o silenciamento da violência policial no dia após dia das periferias – no Brasil do pós-redemocratização há mais casos de torturas cometidas pelo Estado do que havia no período da própria ditadura militar! E o governo Bolsonaro também é resultado disso.

Portanto, fechar esse ciclo quer dizer reparar as violências de nosso passado para cessar as de nosso presente. É retomar como prioridade as políticas de justiça social, o que inclui a extinção do modelo de segurança militarizado. Pois interessa mais à classe trabalhadora a segurança alimentar, saúde, cultura, moradia digna, educação transformadora. Interessa mais a superação das desigualdades econômicas que nos desafiam historicamente. Esse deve ser o horizonte. ■

Ditadura construiu ideia de segurança pública militarizada e baseada no belicismo armamentista

ERIKA HILTON: “NÃO SEREI UMA DEPUTADA DE PAUTA ÚNICA”

Yuri Silva

é jornalista e ativista antirracista no Coletivo de Entidades Negras (CEN), mestrando de Gestão e Políticas Públicas pela FGV, coordenador de Direitos Humanos do IREE e editor-chefe da Revista Socialismo e Liberdade

© Reprodução



Primera mulher transexual eleita para o Congresso Nacional, Erika Santos Silva, a Erika Hilton, obteve 256.903 votos no estado de São Paulo nas eleições de 2022. Os votos que ela recebeu a colocaram na 9ª posição entre os parlamentares mais votados do maior estado do Brasil. Mas, mais do que isso, posicionaram a garota de Franco da Rocha, vítima de tantos preconceitos e transfobia ao longo da vida, num lugar bem localizado na história da política nacional.

Ao lado de Duda Salabert, do PDT de Minas Gerais, que também foi eleita deputada federal, Erika Hilton levará a pauta LGBTQIAP+ para o Congresso

Pedagoga e vereadora de São Paulo, Erika Hilton levará para o Congresso pauta LGBTQIAP+ e defesa da cultura

so Nacional de forma inédita, numa bancada da diversidade ainda tímida, mas que, diz ela, ainda será maior que a bancada do retrocesso. “Estamos plantando e semeando para as próximas gerações”, afirma a parlamentar do PSOL-SP.

Com a potência política de seu próprio corpo, vivências e construções políticas, a pedagoga que tornou-se vereadora de São Paulo com uma votação histórica em 2020 promete transpor as pautas que carregou na Câmara Municipal para o nível nacional, com uma atuação ampla. Mais do que somente a pauta da diversidade e dos direitos de travestis e transexuais, Hilton lista como suas prioridades a defesa da cultura, o combate à fome, a educação, as pautas climáticas e a segurança.

Símbolo de uma nova esquerda que emerge no Brasil, Erika Hilton defende, ainda, nesta entrevista exclusiva para a Revista Socialismo e Liberdade, a renovação da forma de fazer política, o retorno dos setores progressistas “às bases” e a utilização de uma linguagem mais simples para abordar assuntos complexos. E diz que bradar reivindicações importantes sem uma abordagem pedagógica sobre a população pode dar espaço para discursos extremistas de direita contrários a nossas pautas.

■ **Yuri Silva:** *Como estão sendo os primeiros dias como deputada federal eleita?*

■ **Erika Hilton:** Eu ainda estou vivendo como vereadora, vindo à Câmara, fazendo as coisas de

vereadora... Eu ainda não tive esse momento de viver como deputada eleita, ainda estou vivendo como uma vereadora. Acho que a única coisa que eu tenho feito como deputada eleita é tentando virar voto para a gente conseguir eleger o Lula presidente e Haddad governador de São Paulo agora no segundo turno. Essa tem sido a minha tarefa mais próxima de uma deputada.

■ **YS:** *Essa edição da Revista Socialismo e Liberdade é histórica e um dos motivos é essa entrevista, com a primeira deputada federal transexual eleita para ocupar uma cadeira na Câmara Federal, no Congresso Nacional. Como é que você se sente, Erika, nesse lugar? Já caiu a ficha?*

■ **Erika:** A ficha está caindo aos poucos. Acho que ainda tem bastante ficha para cair. Estou vivendo, indo e acontecendo, mas a sensação é de um resgate histórico de uma humanidade, de vitória contra um processo de exclusão, de marginalidade e silenciamento. É a sensação que eu tenho carregado mais forte comigo nesse momento. Eu me sinto vingada pelas minhas, eu me sinto vingada, eu me sinto abrindo um caminho que durante muitos anos nós, enquanto movimento, batalhamos para abrir. Eu me sinto impactada por ser o meu corpo, a minha voz que se levanta neste momento tão conturbado da nossa história, por ser parte de um grupo tão vulnerável que é o grupo de pessoas trans e travestis no Brasil e a minha voz se levantar para ocupar um assento dentro do Congresso Na-

cional. Mas eu não tenho ainda a noção da dimensão que isso representa, eu ainda nem sei dizer ao certo como eu me sinto, como eu acho que vai ser tudo isso. Mas de fato eu sinto que nós viramos uma página e temos muitas outras para serem viradas, nós temos muito o que fazer ainda. Nós chegamos nesse lugar pela primeira vez e essa chegada é reflexo de toda uma luta histórica, ancestral, que me antecede e me impulsiona para esse lugar. E é com essa sensação que eu fico, a sensação de que eles não me mataram, eles não me calaram e agora terão que me engolir.

■ **YS:** *Além de você, a Duda Salabert, do PDT, também foi eleita por Minas Gerais, nesse lugar de bancada das trans. Outras mulheres trans disputaram e não elegeram. Vocês duas fizeram história, mas ainda é pouco diante do tamanho da reparação que o Brasil tem a fazer com a população LGBTQIAP+, sobretudo com a população ‘T’. Você acha que vai viver o momento em que a bancada da diversidade será maior do que a bancada do retrocesso?*

■ **Erika:** Acho que nós estamos dando passos importantes para essas mudanças. A humanidade passou por inúmeras mudanças. A nossa sociedade está passando por uma mudança extremamente ruim e eu acho que as mudanças ruins também trazem, logo ali na frente, mudanças positivas, porque as pessoas começam a compreender coisas para além de suas caixinhas. Acho que a chegada das primeiras parlamentares trans ao Congresso Nacional significa, sim, uma transforma-

ção, significa uma mudança. Nós vamos encontrar muita resistência, muito enfrentamento, não vai ser da noite para o dia, não vai ser já na próxima legislatura que nós veremos isso [uma bancada da diversidade grande], mas eu tenho certeza de que isso é um passo importante, é um passo importante de ocupação dos espaços de poder por esses grupos sociais e é um passo importante para que a gente aumente a nossa participação e a nossa presença nesse lugar. Então eu sonho, sim, e acredito que será possível. Talvez a minha geração não veja, mas nós estamos plantando e semeando frutos para que as próximas gerações possam ver. E eu acredito nisso, afinal são esses frutos e essa esperança, de esperar, que me motivam, me impulsionam e que me movimentam para continuar ocupando esse lugar. Então eu acho que nós temos que acreditar nisso sim e que será possível.

▪ **YS:** *Além da pauta da diversidade, do respeito à identidade de gênero e à sexualidade, você é uma parlamentar, na Câmara Municipal de São Paulo, que leva à frente outras pautas que dizem respeito à democracia e ao combate às desigualdades. Como é que você vai conseguir fazer isso também em âmbito nacional, no Congresso? Como você conseguirá transpor a sua luta sobre essas outras pautas para nível nacional?*

▪ **Erika Hilton:** Acho que vai ser até mais fácil. Acho que, quando a gente começa a falar sobre a fome, sobre população em situação de rua, sobre suca-

teamento da educação, sobre saúde, a gente vai conseguir, talvez, caminhar muito mais fácil do que a gente vai conseguir caminhar nas pautas que são caras para a comunidade LGBTQIA+. Isso porque hoje no Brasil existe um ódio gratuito à nossa comunidade e esse ódio está muito enraizado dentro do parlamento. Para mim, é de suma importância conseguir levar essas pautas, como as questões de raça, gênero e sexualidade, mas também debater e discutir outros temas que são importantes dentro do modelo de sociedade que eu defendo, dentro do modelo de sociedade que eu acredito e dentro daquilo que eu acho que deve ser central na discussão desse país. Eu cito como exemplo o enfrentamento à fome, o enfrentamento às crises climáticas, a diminuição da população em situação de rua, a questão do encarceramento em massa no nosso país, a violação dos direitos humanos. Eu pretendo abordar todas essas temáticas e mostrar ao Congresso Nacional que eu não serei uma deputada de pauta única, assim como eu não fui uma vereadora de pauta única e incidi nas mais diversas pautas. Fui a vereadora que construiu o Fundo Municipal de Combate à Fome, atuando diretamente com a questão da fome, presidi a Comissão de Direitos Humanos e nós trabalhamos com imigração, trabalho análogo à escravidão, entre tantos outros temas que envolviam as questões dos direitos humanos, não se limitando ao olhar que o racismo e a LGBTfobia impõem a



© Reprodução

nós que só sabemos ou falaremos de um único tema. Não sei falar apenas de um único tema e não falarei apenas de uma única coisa.

▪ **YS:** *Você presidiu a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo, como vereadora, o que é um prestígio. Há quem passe legislaturas e legislaturas sem aprovar um projeto, como é o caso do presidente que infelizmente governa o Brasil. E há também quem sofra dificuldades para legislar porque passa por interdições no parlamento. Como você está se preparando para não sofrer interdições na sua atuação em meio a tantos parlamentares homens, brancos, das bancadas da bala, da bíblia e do boi, na Câmara Federal, e conseguir ter destaque na sua legislatura?*

▪ **Erika:** Eu ainda não estou me preparando para esse momento, porque eu ainda estou focada no segundo turno, ainda estou em campanha, ainda não consegui nem assimilar o

que de fato me espera no Congresso Nacional. E eu sei que não será algo fácil, pois essas bancadas estão lá a todo o vapor tentando nos silenciar, nos intimidar, nos congelar, nos boicotar. O Congresso Nacional é uma máquina muito dura, muito suja e eu espero que, da mesma forma que eu conseguir avançar e caminhar aqui dentro da Câmara Municipal, eu possa fazer também no Congresso Nacional, com diálogo, com boas proposições, de uma forma republicana, utilizando muito esse “parlar” que deve ser o sentido do parlamento para que a gente possa tramitar, encaminhar, lograr êxito e ter sucesso naquilo que para nós é importante. Mas para me preparar, para olhar de fato como será isso, eu ainda não consegui; talvez depois do dia 30 de outubro, depois de eu dar uma breve descansada, eu consiga começar a me planejar e me organizar melhor.

Parlamentar presidiu Comissão de DH na Câmara de São Paulo e criou Fundo de Combate à Fome

▪ **YS:** *Mas você teve vários grupos sociais, além da população LGBT, das mulheres negras, do movimento negro de uma forma geral, na sua campanha. Quais são as pautas centrais da atuação da Erika nacionalmente? O que a Erika vai levar como pauta dela e vai carregar nas costas e que vai virar projeto de lei, que vai ser alvo central da sua legislatura?*

▪ **Erika:** A fome é uma das pautas que para mim são prioritárias. É preciso tirar esses milhões de brasileiros que se encontram em situação de fome no nosso país, e esses 33 milhões de brasileiros com fome no Brasil são em sua grande maioria negros, mulheres, parte da comunidade LGBTQIA+, povos indígenas que estão completamente dilacerados por essa política de morte colocada em prática pelo governo Bolsonaro. É preciso enfrentar as questões trabalhistas, é preciso enfrentar as questões de segurança pública do nosso país, e essas, para mim, são questões caras. A educação, que foi muito importante em minha vida, foi sucateada, desmontada pelo teto de gastos, mas também por toda a perseguição imposta à pesquisa e às universidades públicas. É preciso retomar os investimentos na educação, é preciso construir e consolidar junto aos servidores uma educação pública de qualidade em nosso país e enfrentar a devastação climáti-

ca que o Brasil passou nos últimos anos, com essa boiada a solta do agrotóxico, do agronegócio, do agro para todos os lados, desmatamento, causando grilagem, esse caos que atinge também as populações negras, as populações mais pobres vítimas das enchentes, que são as vítimas dos desmoronamentos, que são as vítimas de todo esse caos. Então, se eu precisasse colocar em tópicos, eu diria que a fome, a segurança urbana, o meio ambiente e as questões sobre crise climática, educação e cultura. A cultura foi sucateada e desmontada, a gente não tem um orçamento digno para a cultura, se destruiu o Ministério da Cultura, colocaram à frente da Secretaria da Cultura e da Fundação Palmares sujeitos que são completamente avessos à cultura, nefastos no que diz respeito ao setor cultural. E a cultura salva vidas da comunidade LGBTQIA+, do povo negro, a cultura é a perpetuação da nossa história, da nossa identidade, do caminho que nós queremos traçar. Então essas são pautas que martelam em minha cabeça o tempo inteiro. Claro, a saúde também é uma pauta fundamental. Nós vamos ter que elencar prioridades em um Brasil tão devastado como é esse Brasil que nós estamos passando agora. Mas eu tentei pincelar algumas das pautas que para mim estão ali latentes todos os dias no meu imaginário e que fazem parte dessa refundação do Brasil.

▪ **YS:** *E como foi a campanha? Você sofreu muitas violências durante a campanha, embora você tenha tido uma votação retumbante?*

▪ **Erika:** Não, essa eleição foi diferente, eu não sofri, pelo menos não presenciei, não fui alvo direto de nenhuma violência. Eu não fui abordada de forma ruim nas ruas, eu não me lembro de ter visto algo extremamente agressivo e violento nas redes sociais. Pode ser que tenha tido e eu tenha sido blindada, mas a minha percepção, como eu vivi essas eleições, não fui vítima de ataques e violências. Muito diferente de quando tinha começado, pois eu vinha sendo vítima de ameaças e ataques constantes ao longo do meu mandato e a eleição passada também foi uma eleição dura, uma eleição com fake news, com ataques etc. Essa campanha eu passei só recebendo amor, carinho, confiança e preocupada, porque nós estávamos muito preocupados, essa eleição foi uma eleição de extrema preocupação, mas não fui vítima de episódios de violências gritantes.

Eu me sinto vingada pelas minhas, eu me sinto vingada, eu me sinto abrindo um caminho para gente como eu

▪ **YS:** *O resultado eleitoral mostra que, se o Congresso de 2018 teve uma composição à direita, o de 2022 consegue ser pior. O PL de Bolsonaro fez a maior bancada da Câmara Federal e nomes abo-*

mináveis como Damares, o astronauta Marcos Pontes, Sérgio Moro, Magno Malta e outros foram eleitos senadores. Como é que você vê esse cenário político para o próximo período? Um governo nosso vai ter muita dificuldade de governar o Brasil?

▪ **Erika:** Eu acho que um governo nosso terá dificuldade de governar o Brasil, porque nós estamos diante de uma disputa de narrativas, uma disputa de agendas, e não será fácil. Mas é claro que com um governo nosso será menos pior e muito mais possível, até porque, no contexto da ascensão dessa direita, nem necessariamente todos os parlamentares são de extrema direita. Existe ali uma corja muito grande que está acostumada a dançar e a se comportar conforme a música que toca. E com um governo nosso a gente consegue meio que, de alguma forma, dar algum toque, algum tom para administrar todo esse caos, esse terror que será, sem sombra de dúvidas, o Congresso Nacional. Um governo que não seja nosso será realmente o ápice do retrocesso, da desgraça e da destruição mais brutal que a democracia do nosso país já passou. Então eu acho que vai ser, sim, difícil para um governo nosso, mas eu acho que um governo nosso terá capacidade de alguma forma se utilizar desse centrão, se utilizar dessa gente que se comporta conforme a banda toca, para levar adiante pautas que são importantes e essenciais para nós.

▪ **YS:** *Como você analisou a diferença tão estreita entre o Lula e o Bol-*

© Reprodução



sonaro no primeiro turno? O que justifica esse voto bolsonarista que não é rastreado?

▪ **Erika:** Eu acompanhei muito angustiada. Eu não estava conseguindo nem celebrar a minha vitória, que já estava ali colocada, eu já tinha sido eleita mesmo antes das urnas terminarem de serem apuradas, e eu estava completamente preocupada. Primeiro por essa surpresa que as pesquisas não conseguiram rastrear esses números do Bolsonaro. Para o Lula as pesquisas foram muito precisas, mas para o Bolsonaro nós percebemos que existe um bom grupo enrustido, envergonhado, que não declara o seu voto, e isso me desperta preocupação. Eu acho que nós

temos possibilidade de virar todo esse jogo, e nós vamos virar. Tenho certeza de que no dia 30 nós sairemos vitoriosos, porque o povo brasileiro já não suporta mais. O Lula já é vitorioso com mais de 6 milhões de votos à frente do Bolsonaro. Mas isso [a resiliência bolsonarista] demonstra o quanto nós precisamos fazer um trabalho de base profundo, o quanto nós precisamos encontrar uma comunicação simples para dialogar com a sociedade e o quanto nós precisamos mostrar à sociedade o que está de fato na mesa de negociação e os desafios que a sociedade enfrenta para acompanhar a política. Quando nós vemos o Bolsonaro, que repre-

Vereadora do PSOL é primeira transexual eleita para o Congresso, ao lado da também deputada eleita Duda Salabert

sentou o que representou, que fez o que fez, chegando no segundo turno com o número de votos que chegou, nós enquanto esquerda brasileira precisamos chamar para nós a responsabilidade de uma lição de casa que é preciso começar a ser feita imediatamente e começar a ser feita com uma linguagem mais simples, colada com a realidade das pessoas, conectada com as bases populares de nosso país. É dessa forma que eu avalio esses números, eu avalio esses números como o exercício de que nós temos que nos conectar com o povo. As pessoas passaram pelo que passaram e não são apenas os fascistas que estão indo votar no Bolsonaro, não é apenas a elite, porque a elite não faz esse número de votos. Tem muita gente sofradora, tem muita gente que penou nas mãos desse governo e que ainda assim, por algum motivo, está indo às urnas depositar o voto nele. Então isso me traz apreensão, isso me traz angústia, isso me traz dor. Ainda há muito o que se compreender e isso me traz o chamado da responsabilidade para que a gente possa fazer a nossa parte para evitar que, daqui quatro anos, outro Bolsonaro possa surgir.

▪ **YS:** *Em todos os discursos que nós fizemos no último período, a gente dizia como primeira frase: “Nós precisamos derrotar o Bolsonaro, mas, mais do que derrotar o Bolsonaro, precisamos derrotar o bolsonarismo”. Agora nós vamos terminar a eleição, provavelmente derrotando o Bolsonaro, mas com o*

bolsonarismo bastante cristalizado. O que a esquerda precisa fazer para derrotar o bolsonarismo e o discurso de ódio que ele representa?

▪ **Erika:** Não temos uma resposta pronta, não é como uma receita de bolo. Eu acho que nós vamos tatear muitas formas de enfrentar o bolsonarismo, pois não existe uma resposta única. Mas nós precisaremos retomar as bases, precisamos voltar a fazer política com as pessoas, a política simplista, a política do cotidiano, a política do dia a dia, a política onde as pessoas se reconheçam. Essa esquerda precisa ser preta, precisa ser feminista, precisa ser operária, trabalhadora, conectada e dialogando com aquilo que as pessoas enfrentam e vivem em seu cotidiano, simplificando e traduzindo os processos políticos para que as pessoas se sintam pertencentes e parte desses processos. Isso é extremamente necessário, não dá mais para ficar numa bolha acadêmica, numa bolha intelectualizada, enquanto os territórios estão abandonados, enquanto a gente não volta para esse território para dialogar com essa população, com essas pessoas que estão lá vivendo as vidas delas e não estão acompanhando a TV Câmara, TV Senado. Essas pessoas estão lá recebendo fake news, então nós vamos ter que hackear a comunicação da internet. A esquerda também precisa dominar os meios de comunicação para conseguir se conectar com essas bases, com essas pessoas, com esses territórios, e eu acho que essas são algumas das formas de, de fato, voltar a

criar uma conexão com as massas. Temos que enfrentar também esse sentimento de ódio adormecido na cultura brasileira. É preciso olhar para o racismo, para a transfobia, para a LGBTfobia de modo geral. É preciso olhar para todas essas ilusões que estão embutidas no sentimento do povo brasileiro, porque é desse sentimento que a extrema direita se utiliza para criar essas grandes ondas, eles não criam nada novo, eles utilizam aquilo que está ali, adormecido, cultivado no sentimento humano, e nós vamos ter que desconstruir esse imaginário.

▪ **YS:** *Você acha que nós da esquerda perdemos a capacidade de dialogar com uma parcela da população e explicar o projeto que a gente quer para o Brasil?*

▪ **Erika:** Acho. Acho que, em algum momento, a gente perdeu um pouco dessa capacidade de continuar trazendo as pessoas com a gente. Tudo isso foi parte de um processo, com a demonização do próprio PT, o Mensalão... E a esquerda que muitas vezes grita que quer o fim da polícia militar, o aborto, as drogas, sem fazer um debate pedagógico, sem conscientizar, sem informar; apenas brada que quer tudo isso e isso cria um distanciamento, cria uma guerra cultural na qual essa canalhada se aproveitou para surfar e para cooptar pessoas de bem, pessoas que não são más, que não são fascistas, que não são corruptas, que não querem andar com armas, que não querem matar pessoas, mas que são movidas por esse sentimento adormecido que já está

incutido na cultura. E a gente, ao perder essa capacidade, perde pessoas para o lado de lá.

Acho que, em algum momento, a gente perdeu essa capacidade de continuar trazendo as pessoas com a gente

▪ **YS:** *Há uma avaliação teórica com muita adesão de que a ascensão das lutas “identitárias”, embora eu e você não gostemos desse termo, é um dos motivos para o fortalecimento do bolsonarismo. Ou seja, as pautas de raça, de gênero, da população LGBTQIAP+, a ascensão dessas pautas e desses discursos motivaria uma reação da extrema-direita, gerando fenômenos como Bolsonaro e dando espaço para que a base popular seja disputada pelo fascismo. Primeiro queria saber se você concorda com essa análise. E depois: como a gente pode lidar com isso sintetizar essas pautas consideradas identitárias por parte da esquerda junto com a luta classista?*

▪ **Erika:** Eu concordo que esse terror todo vem, sim, de uma ascensão e de uma chegada dessas pautas. Com o avançar dessas pautas, o bolsonarismo e a sua agenda avança contra nós. Existe um sentimento na sociedade brasileira de que o lugar do negro é na precarização, o lugar da travesti é nas esquinas, o lugar das mulheres é servindo os

seus maridos. Nós precisamos enfrentar isso com a educação, com conscientização, nós precisamos enfrentar isso primeiro dizendo “o Brasil é um país racista, houve racismo no Brasil e isso não foi reparado”, “o Brasil é um país LGBTfóbico”. Mas, ao contrário disso, cria-se uma narrativa de “imagina, isso aqui não existe”, tenta-se diminuir os horrores que nós enfrentamos neste país. E isso dá brecha para que a gente não consiga se aprofundar em um debate conciso com a sociedade, um debate de enfrentamento a todas essas estruturas. Gerações e gerações vêm sendo alimentadas por este ódio, por essa intolerância, por essa desinformação, por essa enganação, e isso é um instrumento muito poderoso para a crescente de ondas fascistas. Essas ondas se utilizam desses sentimentos: o ódio, o racismo, a intolerância, a LGBTfobia. E esses sentimentos ainda estão presentes em boa parte da população brasileira e nós só vamos conseguir enfrentar isso através de desenvolvimento de políticas públicas, da criminalização dessas práticas e de um debate pedagógico, de um debate educacional, de rever os modelos de sociedade que estão colocados desde as capitânicas hereditárias, desde a invasão das Américas. Isso é uma verdade e acho que nós só vamos conseguir fazer esse enfrentamento se usarmos políticas públicas e educação no enfrentamento da desinformação, da ignorância, do preconceito e fazer com que as pessoas se conscientizem de que isso existe e que nós precisamos falar sobre isso para de fato superar. ■

LUTA ANTIRRACISTA DISPUTA AGENDA POLÍTICA E CONCEPÇÃO DE ESTADO

Dennis de Oliveira¹ e Joselicio Junior²

¹ é professor associado da Escola de Comunicações e Artes da USP, jornalista, coordenador da Rede Antirracista Quilombação. Autor de “Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica” (Ed. Dandara, 2021)

² é jornalista, mestrando no Programa Mudança Social e Participação Política, Diretor Editorial Dandara Editoria.

Desde o golpe parlamentar-midiático-judicial de 2016 e passando pelo governo de extrema direita de Bolsonaro, a população negra brasileira foi a mais impactada pelo desmonte das políticas públicas e pela crise social. Os pequenos avanços conquistados durante o ciclo dos governos liderados pelo PT se esvaíram. O mais importante e instigante destes retrocessos é que eles ocorreram sem necessariamente ter havido um desmonte total dos marcos institucionais conquistados a partir da Constituição de

1988. Isto traz como desafio para o movimento social de negros a necessidade de se transcender a discussão dos marcos institucionais e regulatórios para a efetivação de políticas que enfrentem a raiz dos problemas da maioria da população negra.

Desde o período da redemocratização do país, no final dos anos 1980, o movimento social de negros busca incidir na agenda política. A fundação do Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MUCDR, depois MNU - Movimento Negro Unificado)



© Jane de Araújo/Agência Senado

trouxe para a agenda política uma leitura diferenciada do significado do sistema de repressão policial. Os aparatos de segurança militarizados serviam tanto para reprimir os opositores da ditadura militar, como também a população negra da periferia. O assassinato do trabalhador negro Robson Silveira da Luz por policiais foi um dos motivos do ato, realizado em 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, e que fundou o MNU. A partir daí, o movimento negro foi denunciando a tática singular das forças policiais contra a população negra: prisões, torturas e assassinatos motivados pela cor da pele e legitimados por flagrantes forjados.

Ora, o que esta agenda colocava para o movimento pela democratização daquele momento? A necessidade de se reestruturar todo o sistema de segurança pública, a política

de encarceramento, a desmilitarização das polícias, entre outros. Porém, a transição de acordos realizada no final dos anos 1980 não contemplou esta agenda. E isto ficou demonstrado pela manutenção da mesma estrutura institucional de segurança pública. Se a democracia “despartidarizou” este sistema policial, ela não o “despolitizou”, pois a ideia de um “inimigo interno” se manteve, apenas se deslocando dos opositores à ditadura para a população negra da periferia. O documento da Escola Superior de Guerra, de 1988, intitulado “Estrutura para o Poder Nacional no século XXI”, comprova isto ao apontar que os cinturões de miséria e os “menores” abandonados eram os novos focos desestabilizadores do sistema.

É fato que houve avanços no texto constitucional de 1988, em particular a tipificação do

Ocupação do parlamento é pauta do movimento negro, mas encontra limitações no racismo institucional

racismo como crime inafiançável e imprescritível e o reconhecimento das terras de comunidades remanescentes de quilombos. E que o clima democrático daquele ano, que coincide com o centésimo aniversário da abolição, permitiu que o movimento negro brasileiro avançasse no sentido de denunciar o caráter inconcluso da abolição e a necessidade de políticas públicas para a superação do racismo.

A pactuação democrática de 1988 incorporava a demanda por políticas públicas. Mas tragicamente havia uma coincidência de agendas com o avanço global do neoliberalismo, potencializado com a queda dos regimes do Leste Europeu. Desde a vitória da direita, em 1989, o confronto entre o ajuste econômico neoliberal e a consolidação de uma agenda de políticas públicas foi a tônica. E o movimento negro, historicamente atuante nas lutas por educação, saúde, moradia, reforma agrária, entre outras, apontou corretamente como o neoliberalismo é um projeto de intensificação do racismo, particularmente no processo de preparação e realização do I Encontro Nacional de Entidades Negras (Enem), em São Paulo, em 1991. O neoliberalismo significa o extermínio programado da população negra e periférica – foi essa a conclusão deste encontro.

Já durante a construção da Marcha da Consciência Negra de 1995, quando se celebrou o tricentenário de Zumbi dos Palmares, esta agenda do movimento negro consolida a reflexão da necessidade de se articular a luta pelas políticas públicas generalistas à agenda das ações afirmativas. As pesquisas realizadas pelo IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), coordenadas pelo professor Ricardo Henriques, mostravam a diferença constante entre brancos e negros em todos os indicadores sociais em contextos socioeconômicos distintos na história brasileira. Uma diferença que se expressava como duas retas paralelas e que só poderia ser enfrentada com um mix de políticas generalistas e específicas.

Entre 1995 e 2001, ocorre o processo preparatório para a Conferência de Combate ao Racismo de Durban. Neste processo, esta agenda combinada de políticas generalistas e específicas consubstanciou-se como uma perspectiva política de enfrentamento tanto a uma visão ainda eivada do mito da “democracia racial” (de que basta apenas melhorar os indicadores sociais no geral para acabar com o racismo, ou que o problema do racismo é apenas uma “manifestação” da opressão de classe) como também ao conceito neoliberal de políticas focalizadas (que

Caminhada do movimento negro durante Conferência de Durban, em 2001. Brasil teve maior delegação do encontro

combina a defesa do “Estado mínimo”, portanto de desmonte dos aparatos de proteção social, com a constituição de políticas focalizadas apenas em alguns setores, base para uma corrente chamada por Nancy Fraser de “neoliberalismo progressista”).

Este acúmulo político do movimento negro brasileiro sinalizava para uma mudança nos arranjos institucionais do Estado brasileiro. A necessidade de políticas públicas específicas para a população negra combinada com a constituição de um aparato de segurança social para todos sinalizava para esta mudança. É por conta disso que o movimento negro, na passagem do segundo para o terceiro milênio, reforça sua bandeira de constituir espaços específicos dentro do aparato de Estado para se pensar estas políticas específicas.

Tal embate teve uma primeira conquista em 1988 com a

criação da Fundação Cultural Palmares, mas ainda restrita ao universo da cultura. A complexidade do universo de campos em que se deveria atuar para combater o racismo foi o argumento em que se baseou a luta pela criação da Seppir (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) com status de ministério, em 2003. Já era o início dos governos do ciclo do PT.

A partir daí, houve um avanço importante nos marcos regulatórios e institucionais de combate ao racismo no Brasil. Surgem as Leis 10639/03 e 11645/08 (que tornam obrigatório o ensino da temática africana, afrobrasileira e indígena nas escolas), Lei de Cotas, Estatuto da Igualdade Racial, Programas de Saúde da Mulher Negra, entre outras. A partir da Seppir, é criado em 2008 o SINAPIR (Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial), que articulava entes

federativos (União, estados e municípios) para se constituir políticas de combate ao racismo. Conferências e conselhos participativos são instituídos e a agenda antirracista contamina a dinâmica das instituições governamentais.

Entretanto, problemas estruturais do racismo continuaram: encarceramento em massa de jovens negros e negras, genocídio da juventude negra, desemprego e precarização no trabalho maior entre negras e negros. Os próprios arranjos institucionais específicos para negros eram mais frágeis, com orçamentos irrisórios, dificuldade de implantação, entre outros.

Em função deste cenário, quando se chega ao golpe de 2016 e posteriormente ao governo Bolsonaro, assistiu-se algo muito singular: a destruição dos poucos avanços sociais da população negra neste período, sem necessariamente desmontar o arcabouço institucional construído recentemente. Toda a legislação conquistada não foi revogada, alguns órgãos, como a Fundação Palmares, continuaram existindo e até mesmo conferências e conselhos continuaram existindo. Em 2018, já no governo golpista de Michel Temer, foi realizada a IV Conferência Nacional de Igualdade Racial. Mas cabe também registrar que a Seppir perdeu seu status de ministério não no governo golpista ou sob Bolsonaro, mas ainda no governo Dilma Rousseff, do ciclo petista.

As cotas raciais nas universidades públicas se mantiveram. Mas estas instituições foram sucateadas. A tragédia social dos

anos 2020 e 2021 (anos da pandemia do Covid-19) aumentou ainda mais a evasão escolar de alunos negros e negras. Muitos jovens negros evadiram do ensino superior em busca de trabalho. E o discurso belicista do governo Bolsonaro intensificou ainda mais a repressão policial.

É fundamental observar os impactos das políticas públicas na população negra, vítima de desassistência

Como bem apontou Fábio Nogueira, analisando os governos Lula e Dilma, é fundamental observar os impactos das políticas públicas na população negra para além das ações da própria Seppir, mas também observando o Bolsa Família, a valorização do salário mínimo, o programa “Minha casa, Minha Vida”, a PEC das domésticas, as cotas nas universidades, o ProUni, a expansão das Universidades e Institutos Federais.

Quando das articulações para o golpe parlamentar-midiático contra a presidenta Dilma, comentamos no artigo intitulado ‘O golpe contra Dilma é racista’ que “73% dos beneficiários do Bolsa Família são negros e que 68% das famílias beneficiadas são chefiadas por mulheres negras. E também que 80% dos beneficiários do programa ‘Água para Todos’ (construção

de cisternas) são negros. No Programa Luz para Todos, o percentual de negros entre os beneficiários é também de 80%. No Pronatec, 68% das matrículas contabilizadas em 2014 eram de jovens negros. O Programa “Minha Casa, Minha Vida” tem, entre os seus contemplados, 70% de famílias negras.”

Esse olhar panorâmico nos permite observar aspectos importantes, dentre eles que diante de um governo reacionário, como o de Bolsonaro, você pode manter estruturas institucionais como a Fundação Palmares, manter leis como as cotas, ou leis de ensino da cultura e história africana, afro-brasileira e indígena e, ao mesmo tempo, ter uma grande piora nas condições socioeconômicas da população negra.

Portanto, uma agenda do movimento social negro não deve se pautar apenas por marcos institucionais representativos descolados de uma agenda econômica e social mais ampla. A articulação raça, gênero e classe é o principal motor da luta política no país. O projeto capitaneado pelo bolsonarismo se faz na negação da possibilidade de um projeto nacional de ampla inclusão de mulheres negras e pobres. A tragédia da pandemia e a grave crise econômica pela qual passamos são expressões disso. Diante disso, a perspectiva para a população negra na superação desta situação é transcender a agenda da mera ocupação institucional. É preciso ir além, enfrentar as raízes dos gargalos sociais para transformar esta ocupação em uma ação substantiva. ■



© Big Red Design Agency/Shutterstock

POLÍTICA, CULTURA E A SUPERACÃO DA VIOLÊNCIA

A escalada de violência contra os corpos negros, as mulheres e os povos tradicionais mostram que o Brasil precisa compreender sua própria história, fazer as pazes com suas memórias coletivas e fomentar uma cultura de respeito e diversidade.

Desirée Ramos Tozi

é historiadora, ekedi do Ilê Içimimó Aganju Didé, terreiro de candomblé tombado pelo IPHAN em Cachoeira, Recôncavo da Bahia, e doutora em Estudos Étnicos e Africanos pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA

O processo de impeachment da Presidenta Dilma, a violência escancarada contra as mulheres e o feminicídio crescente, o aumento da ofensiva do genocídio da população negra, a destruição acelerada do meio ambiente e a desterritorialização de povos tradicionais têm mostrado que precisamos enfrentar a história de violência do povo brasileiro. Precisamos investir em ferramentas de produção de novas narrativas e trans-

formação de mentalidades, algo que se cria com políticas públicas eficazes, sistemáticas, contínuas e articuladas.

Uma nova mentalidade precisa vir acompanhada de lideranças que abracem a luta e o combate contra o racismo, o machismo, o sexismo e qualquer tipo de opressão. E novas narrativas vêm articuladas por campanhas, novas instituições e governos que tenham a capacidade de elaborar e implementar políticas que fomentem

ações que nos permitam refletir, lembrar e superar as memórias da violência e dos processos traumáticos de tortura a que fomos expostos desde a “fundação” da Nação; a escravidão, as ditaduras, o racismo estrutural e sistemático.

Essas violências, que fomos naturalizando ao longo do tempo, tornando-as corriqueiras e parte do nosso cotidiano, trazem consigo marcas de nossas desigualdades e registram nos corpos a história de opressão a que a massa de trabalhadoras e trabalhadores nunca deixou de viver. As violências culturais que vivemos deixam registros simbólicos em nossa cultura material e no que se pode chamar de “infrapolítica”, termo cunhado por James Scott (2013), que são linguagens indiretas e secretas, desenvolvidas pelos oprimidos, para contestar o status quo sem a compreensão direta dos aparelhos de repressão. Essa infrapolítica se torna, muitas vezes, o que se convencionou chamar de “cultura popular”, expressões artísticas que os oprimidos utilizam - através da performance, da música e da imagem - para processar a experiência da realidade vivida, revivendo, por meio da cultura, memórias da dor e de formas de superação da condição do sofrimento. O registro da opressão através da cultura, expressa nos nossos corpos - como discutem Judith Butler (2019), Bell Hooks (2019), Lelia Gonzalez (2019), em suas obras magistrais -, traz a violência como linguagem e torna o corpo um objeto histórico e cultural.



© Jonas Santos / Zumbi Comunicação

Nessa perspectiva, o corpo se torna objeto de políticas de patrimônio e de memória, traduzindo esse olhar sobre ele como documento em iniciativas e programas que dialogam com a ideia de reparação histórica coletiva e individual. O objetivo é, assim, valorizar a experiência vivida e reparar os indivíduos que sofreram e sofrem os efeitos do racismo, do sexismo, do machismo, cujas existências limitam suas possibilidades de dignidade e bem-estar, como os mestres da cultura popular e dos saberes populares, as lideranças de povos e comunidades tradicionais.

Para que essa ideia de reparação se torne ação estatal, é necessário reposicionarmos o entendimento de que Cultura é desenvolvimento econômico, como tem sido na história

Povos tradicionais sofrem com escalada da violência e com ataques à cultura

das políticas culturais no Brasil, reduzindo o campo para uma exploração financeira das artes, do turismo e da cultura popular. Precisamos caminhar em direção à compreensão de que as políticas de Cultura são, enquanto princípio, ferramentas para a garantia dos Direitos Humanos, promotoras de dignidade e o desenvolvimento social. O viés econômico da cultura passa, então, a ser o meio de promoção desses princípios, e não a sua finalidade.

Agregar, a esse conceito amplo de cultura, a noção de interseccionalidade, muito bem traduzida e sistematizada por Patrícia Hill Collins (2020), pode

Manifestações populares, como candomblé, fazem parte de repertório vasto da cultura brasileira não valorizada

contribuir para adensar nosso entendimento sobre os efeitos das desigualdades vividas pelo povo brasileiro ao longo dos processos históricos, inclusive para melhor compreender e valorizar as formas e expressões que traduzem as diversas relações sociais (inclusive entre seres de diferentes ontologias) e que atravessam as linguagens e instrumentos de produção humana, muito além do universo de produção das artes.

Esse reposicionamento carrega consigo a possibilidade

de articular o campo da cultura e outras políticas setoriais como Educação, Ciência e Tecnologia, Assistência e Desenvolvimento Social, Saúde, e todas aquelas que os gestores desejem articular, na medida em que a noção de cultura extrapola o conceito relacionado apenas às linguagens artísticas e performáticas. Trazer a cultura como base, e não como finalidade, permite que as políticas setoriais dialoguem com as diferentes formas de organização social, considerando que as

diversidades culturais passam a ser chaves para elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas.

Esse deslocamento de foco da cultura e da diversidade cultural possibilita recolocar também o lugar das políticas afirmativas e de promoção da equidade, que passariam a ter uma posição de transversalidade, para além das abordagens similares adotadas em alguns orçamentos públicos – o combate ao racismo, ao sexismo, ao machismo passa a ser tomado como princípio da gestão, não apenas como metas ou objetivos a serem alcançados. Esse movimento reverbera ainda para as políticas dirigidas aos povos e comunidades tradicionais (PCT) e aos povos indígenas: por esse entendimento, as políticas públicas precisam ser geridas ‘para’ e ‘com’ eles, com a perspectiva de preservar suas identidades, modos de vida e territórios ancestrais e políticos, garantindo, com isso, sua existência e seus direitos. A inserção dos PCTs no escopo de políticas públicas vem sendo a principal fonte de questionamento dos limites da burocracia estatal, na medida em que suas diversas formas de organização social e política impõem desafios à diversificação dos critérios, instrumentos e resultados da gestão pública e da própria legislação. A burocracia brasileira fica “em xeque” ao ser confrontada com uma sociedade onde as desigualdades e a racialidade cultural têm sido a chave para a distinção entre

o certo e o errado, e demonstra que seu modelo atual apresenta dificuldades de promover diferentes resultados, a partir de diferentes premissas. É o próprio conceito de democracia, que alimenta a burocracia, que precisa ser ampliado.

É necessário repensar a cultura e reduzir a exploração financeira das artes, do turismo e da cultura popular

Nesse sentido, a ampliação e aprimoramento dos instrumentos de gestão pública, em uma nova gestão pautada pelos princípios de promoção das diversidades e combate às desigualdades, deve priorizar as formas de participação social nas políticas públicas. Instituições como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) teria, nesse cenário, de encabeçar a promoção das diversidades, dada sua descentralização no território, a estabilidade de instrumentos de preservação e salvaguarda de políticas de patrimônio e memória, para além do campo setorial da cultura. A Fundação Cultural Palmares, por sua vez, mesmo fragilizada, poderia emergir como instituição gestora de instrumentos de proteção e promoção de direitos relacionados aos territórios negros,

compondo com outros órgãos do governo federal estratégias de preservação das identidades, tecnologias sociais e modos de produção coletivos, tradicionalmente conduzidos por comunidades negras.

Ambas, Iphan e Palmares, poderiam constituir-se em instituições catalisadoras dessa noção ampliada e integrada de cultura. Para tanto, o Sistema Nacional de Cultura consolidado, um Ministério da Cultura forte e articulado à Casa Civil, precisa dar o suporte para essa abordagem transversal das políticas culturais.

As experiências do Programa Cultura Viva e as iniciativas fomentadas pelos recursos facilitados pela Lei Aldir Blanc, Brasil afora, demonstraram a capacidade transformadora da descentralização das políticas públicas. Quanto mais próximo do local onde se vive e onde se dão as relações sociais, mais fortes são os resultados de conexão que a cultura pode promover. Se tivéssemos um sistema nacional de cultura consolidado financeiramente e estruturado nas “pontas”, teríamos condições de mensurar os resultados do incentivo dessas iniciativas e o impacto da chegada de recursos para o fortalecimento dos sentidos comunitários de cuidado.

“É preciso colocar a cultura para a cesta básica brasileira”. É preciso, mais do que nunca, ampliar essa afirmação de Gilberto Gil, trazendo a cultura como princípio de nossa existência, capaz de promover o respeito, a justiça e a equidade entre os povos. ■



© Jonas Santos / Zumbi Comunicação

O DESAFIO DA COMUNICAÇÃO NA PERSPECTIVA DE UM NOVO GOVERNO

Helena Martins

é ativista e professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFC, coordenadora do Telas - Laboratório de Pesquisa em Economia, Tecnologia e Políticas da Comunicação e integrante da Insurgência.

Muito mais que instrumento ou técnica, a comunicação é base da organização da sociedade contemporânea. Nossa cultura é impregnada por sentidos e experiências compartilhadas pelas mais variadas mídias. Entre as maiores empresas do mundo, estão companhias do setor de tecnologia da informação, como Amazon, Apple, Alphabet (Google), Meta (Facebook) e Microsoft. As marcas dessa presença também são visíveis na dinâmica política, seja por deslocar o poder dos agentes tradicionais da radiodifusão ou por serem protagonistas de problemas como a desinformação e a vigilância. Um novo governo deverá atuar em relação a essa agenda de forma decisiva, sem repetir os erros do passado. À esquerda anticapitalista caberá também fomentar um projeto político que pense a comunica-

ção para a ruptura, não para a manutenção da hegemonia.

A centralidade da comunicação hoje resulta do processo de reestruturação do sistema nas últimas décadas, que levou à ampliação da integração da tecnologia, da informação e do conhecimento ao capitalismo. As tecnologias da informação e da comunicação tornaram-se a base técnica central da mundialização e da financeirização. Para que a apropriação privada delas se tornasse a lógica dominante, as telecomunicações foram privatizadas, abrindo espaço, como no Brasil, para que corporações privadas se apropriassem das antigas redes e do que daria suporte às novas. Paralelamente, corporações nativas da internet surgiram e, impulsionadas por mecanismos financeiros, desenvolveram novos modelos de negócios, como

© F de Jesus/Shutterstock



os baseados em dados, especialmente a partir da crise de 2007-2008. O conjunto desses fatores possibilitou o espraiamento dessas empresas para variados setores, o que tem sido chamado de plataformação.

Há, ainda, uma dinâmica cultural que emerge dessa nova estrutura de mediação social. Embora não ocorra sem resistências, há tendências hegemônicas associadas à constituição de uma esfera pública fragmentada, ao passo que unida em torno de uma vida baseada no consumo, à ampliação de mecanismos de controle social, ao reforço das mais diversas opressões, como o racismo algorítmico evidencia, e à lógica da tecnociência, com impactos em relação ao meio ambiente e às populações e culturas tradicionais. Além disso, a associação da plataformação

com o neoliberalismo é evidente também na intensificação e precarização do trabalho, bastante visível em modelos ditos “uberizados” e cada vez mais abrangentes, a exemplo do que ocorre com profissionais submetidos ao trabalho remoto, com impactos na percepção dos trabalhadores, tratados como empreendedores.

O que vemos, de forma geral, é um cenário de crescente concentração da produção social nesses espaços e de centralização de capital no setor, contrariando as teses mais otimistas sobre a nova sociedade que resultaria da internet. Ora, as tecnologias não estão alheias à sociedade, não se desenvolvem de forma autônoma. São resultados de escolhas, agentes, políticas, projetos. Evitar que o poder se torne ainda mais concentrado, pois em torno

Jovens na Rua do Giz, em São Luís (MA), voltam a ocupar as ruas da cidade após distância causada pela pandemia

de agentes transnacionais que influenciam tantas esferas da vida, e rever o lugar do Brasil no cenário mundial é urgente. Isso significa retomar e atualizar as pautas de luta em torno da comunicação, democratizando a mídia, afirmando a comunicação como um direito e avançando na compreensão da comunicação como um bem comum, o que significa desnaturalizar sua mercantilização.

Os governos Lula e Dilma Rousseff foram incapazes de enfrentar essa agenda. Mesmo em um momento de intensificação do debate sobre ela na América Latina, como vimos com a aprovação da Lei de

Meios na Argentina, e de mobilização nacional em torno da pauta, especialmente a partir da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, em 2009, pouco foi feito no sentido de enfrentar o status quo. O setor de radiodifusão permaneceu protegido, recebendo vultosos recursos publicitários e, apesar de seu caráter intrinsecamente público, permaneceu alheio ao escrutínio público e à atuação das instituições. É fato que iniciativas importantes existiram, como a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), mas a fragilidade do caráter público da empresa,

problema diagnosticado já em seu nascedouro, tornou-a incapaz de resistir às investidas de Michel Temer e Jair Bolsonaro. No mesmo sentido, o apoio a grupos de comunicação progressistas não foi transformado em uma política de Estado. Desatualizada, a legislação do setor seguiu beneficiando grupos como o Globo, os quais mostraram bem sua posição de classe no processo que levou ao impeachment de Dilma.

Passos expressivos foram dados no tema da internet no governo Dilma, com a aprovação do Marco Civil da Internet, resultante de um cenário internacional pautado pelas denúncias de Edward Snowden, que trouxe à tona a importância dessa agenda. Ainda assim, essas iniciativas não foram compreendidas dentro de uma política mais ampla, seja no aspecto específico da comunicação ou, de forma geral, da cultura. Não há projeto de país sem projeto cultural. E não há projeto de cultura – ou culturas, no plural – que não passe pela comunicação. Por tudo isso, a luta contra o monopólio e o oligopólio no setor, seja em relação aos velhos ou aos novos agentes, marcará o século XXI.

Para desenharmos outro futuro, precisamos enfrentar esses temas. Nesse sentido, um novo programa para as comunicações – o plural, aqui, busca explicitar tratar do conjunto do macrossetor, da radiodifusão

Grupo de amigos utilizando *smartphones*. A comunicação entre os jovens está cada vez mais dominada por esse tecnologia

às telecomunicações, passando pela internet – é necessário. Ele está já sendo esboçado na proposição de novos direitos, como à proteção de dados pessoais, na mobilização de trabalhadores explorados pelas plataformas, na manutenção resistente dos meios comunitários e alternativos. Não obstante, faltam ainda convergências de agendas e sujeitos envolvidos nessas lutas. Certamente, tal amálgama será forjado nesses processos, mas cabe a nós, aqui, evidenciar questões candentes.

A primeira delas é a necessidade de enfrentamento à concentração, conforme já tratado. Há muitas proposições nesse sentido para o campo da radiodifusão – a exemplo das apresentadas pela sociedade civil a partir do Projeto de Lei da Mídia Democrática. Em relação às plataformas digitais, uma agenda antitruste tem sido debatida nos Estados Unidos e na União Europeia, especialmente, e deve ganhar força na América Latina no próximo período. Nessa formulação, há que se considerar as desigualdades entre os países, bem como a arquitetura internacional da internet entre os desafios a serem enfrentados, com vistas à afirmação da nossa soberania.

No plano nacional, não podemos continuar convivendo com a exclusão dos mais pobres, das comunidades tradicionais e das populações periféricas do acesso à internet. Acessar ou não a rede é, neste século, um elemento de aprofundamento da desigualdade social. Como tal, deve ser combatido com políticas robustas. Outras

medidas como imposição de transparência algorítmica e controle social podem ser desenvolvidas desde já. Estas devem combinar, ademais, a formação da população para que seja produtora e não apenas consumidora de tecnologias, ainda mais neste momento de crescimento das chamadas inteligências artificiais. Não podemos permanecer neste lugar de celeiro do mundo, de país dependente do agronegócio, que tanto maltrata a natureza e o povo. Outra economia pode ser desenvolvida com as tecnologias, que também podem se tornar elementos importantes de processos de ampliação da participação e de planejamento democrático, se pensadas e desenvolvidas nesse sentido.

Enfrentamento à concentração de veículos é desafio do próximo governo. Lei das Mídias deverá ser pautada.

Por certo, um possível governo Lula, de conciliação de classes e em um cenário econômico crítico, será pressionado para atender as frações do capital que atuam no setor. Daí a importância de processos participativos multissetoriais que ampliem o debate sobre essas políticas e possam transformá-las em pautas de reivindicações populares. Uma disputa que passa também pela internet

como espaço de fruição de conteúdo. Hoje, a direita opera na rede com um ecossistema complexo, que vai das campanhas de desinformação em mensagens à proposição de conteúdos portadores de ideologias para jovens no TikTok. Sua força segue sendo demonstrada no cotidiano e, sobretudo, nas eleições em diversos países, como vimos no Chile, na Colômbia e aqui no Brasil. A batalha da comunicação também se dá na produção de conteúdo, inclusive no âmbito da radiodifusão.

A junção entre produção cultural contra-hegemônica, imposição de limites à concentração de riqueza e poder e formulação de alternativas estruturais é necessária para outro projeto de comunicação e de sociedade. Resta-nos movimentar a imaginação política a serviço do desenvolvimento de novas técnicas, como parte de processos que objetivem a superação de elementos fundantes da sociedade capitalista, como a divisão do trabalho e a alienação em relação à coordenação da sociedade. Um novo programa para as comunicações também deve postular a liberação do tempo, o que vai de encontro à lógica da economia da atenção, da conexão permanente, que, é imperativo atentar, contribui para o aprofundamento da crise climática, a exploração de bens naturais em países do sul global e o desenvolvimento de formas de trabalho extremamente precarizadas. Em um tempo em que a comunicação serve à conformação de um sistema tão perverso, sejamos exigentes. ■

© DisobeyArt/Shutterstock

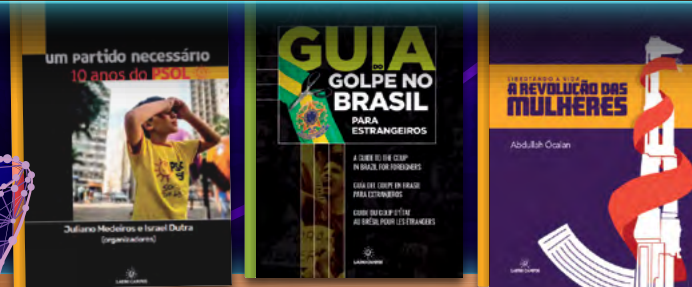
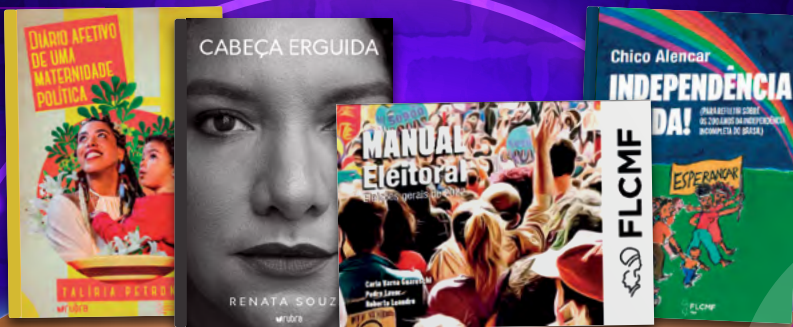




A FUNDAÇÃO TÁ ON

010010011011
011101010010

VIRTUALTECA,
a livraria digital de
formação política e
de democratização
ao acesso à leitura
da **Fundação Lauro
Campos e Marielle
Franco.**



LIVROS E
PUBLICAÇÕES
TOTALMENTE
GRATUITOS

flcmf.org.br/virtualteca

Acesse, baixe e
leia em qualquer lugar

